

Próximas privatizações reduzirão dívida externa

BRASÍLIA — As privatizações que o Brasil realizar nos próximos anos possibilitarão ao país uma redução das garantias depositadas no exterior como parte do acordo de reescalonamento da dívida externa. A informação foi fornecida ontem pelo presidente do Banco Central, Pedro Malan, aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Malan explicou aos senadores que o Brasil já depositou US\$ 2,8 bilhões de suas reservas no Banco de Compensações Internacionais (BIS), o Banco Central dos Bancos Centrais, e que depositará mais US\$ 1,083 bilhão até abril de 1996, totalizando US\$ 3,8 bilhões de garantias. Esses depósitos garantirão os US\$ 28,55 bilhões de novos títulos que o Brasil entregou aos bancos credores em troca da dívida antiga. A partir do momento em que estes títulos voltarem para as mãos do governo brasileiro, através da privatização, o país poderá reduzir o montante de garantias deixadas presas no exterior.

Esta flexibilidade, segundo Malan, só existe porque o Brasil montou as garantias com títulos do

Tesouro americano comprados no mercado secundário. Se a compra fosse feita diretamente no Tesouro americano, através de uma emissão especial, qualquer descongelamento desta garantia só poderia ser feita com aprovação do Congresso dos Estados Unidos. Malan confirmou aos senadores que a emissão especial não foi autorizada por que os Estados Unidos exigiriam que o Brasil tivesse um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Como isto não foi possível, devido às incertezas da economia brasileira, a saída foi comprar sigilosamente os títulos americanos no mercado e oferecê-los aos credores.

O presidente do Banco Central rebateu as críticas de que a operação feita desta forma saiu mais cara do que se os títulos tivessem sido obtidos diretamente do Tesouro americano. "Quem divulgou fez um chute, pois não sabe a composição dos títulos que compramos nem pode presumir qual seria a taxa cobrada pelo Tesouro americano na negociação", criticou Malan. Quando o Brasil obtiver um acordo com o FMI, poderá solicitar a emissão dos títulos especiais, se tiver interesse.